

Seplan não pretende autorizar aumento nas dívidas dos estados

por Arnolfo de Carvalho
de Brasília

Os ministros da área econômica não estão dispostos a permitir que os estados aumentem seus níveis de endividamento mediante a utilização de empréstimos externos (relendings) para refinarçar dívidas vencidas de suas empresas estatais, além de temerem o impacto inflacionário destas operações.

O ministro do Planejamento, João Batista de Abreu, exigiu quarta-feira que o governo de São Paulo pague US\$ 180 milhões de juros referentes a empréstimos externos já vencidos ou por vencer até o final do próximo mês, em troca da permissão para que as estatais estaduais possam recorrer ao "relanding" autorizado na semana passada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O secretário de Fazenda de São Paulo, José Machado, informou a este jornal que dificilmente o estado terá como efetuar este pagamento dos juros aos bancos credores ainda em novembro ou dezembro, já que neste final de ano o seu orçamento estará pressionado adicionalmente pelos gastos com o 13º salário dos funcionários públicos.

"Vamos ver o que é possível fazer" — disse o secretário, após a audiên-

cia na Secretaria de Planejamento (Seplan). Ele esperava obter do ministro Batista de Abreu, durante a reunião, uma definição do cronograma de liberação das parcelas do empréstimo, já que o governo federal não aceita converter os valores para cruzados de uma só vez devido ao impacto expansionista sobre a base monetária (emissão primária de moeda) e suas consequências inflacionárias.

O ministro indicou apenas que as liberações não deveriam concentrar-se em prazos inferiores a algo como dois anos. Mas não se dispõe a emitir os avisos de prioridade — necessários para o início dos acertos entre credores e bancos — sem a garantia de uma solução para os juros de permanência correspondentes a empréstimos anteriores sob amparo da resolução 63 do Banco Central.

O governo paulista pretende rolar todos os débitos de suas estatais já vencidos ou por vencer até o final deste ano, estimados em US\$ 500 milhões pelo secretário da Fazenda. Deste total, cerca de US\$ 100 milhões venceram no ano passado. Além do principal, as estatais paulistas deixaram de pagar também parcelas de juros que os bancos financiadores tiveram

que recolher ao Banco Central.

Oficialmente a Seplan argumenta que a resolução 1.469 — que limita os empréstimos ao setor público — permite a rolagem apenas do principal, sem inclusão dos encargos, como relatou José Machado. Na realidade os técnicos da área econômica entendem que o governo Quêrcia comprometeu o equilíbrio orçamentário de seu antecessor e ampliou o endividamento além dos níveis considerados admissíveis para a política de controle do déficit público.

Como o empréstimo é um novo financiamento para cobrir débitos anteriores que não foram honrados, sobre os quais incidiram novos encargos, sua autorização significaria ampliar as necessidades de financiamento ao setor público, comprometendo a projeção de baixar o déficit operacional do País dos 4,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1988 para 3,9% este ano e 2,4% em 1990.

A menos que São Paulo se disponha a pagar os encargos anteriores com recursos orçamentários, o mais provável é que a Seplan adie para o próximo governo qualquer decisão que possa viabilizar o uso da autorização dada pelo CMN na semana passada,

para a aplicação de "relendings" no setor público — de acordo com técnicos da assessoria do ministro Batista de Abreu.

O secretário paulista argumenta que o impasse decorre de uma situação criada também pelo governo federal, na medida em que se decidiu suspender as operações de "relanding" para o setor privado. "Desde 1988, com a resolução 1.469, as estatais tiveram autorização para fazer a rolagem de 100% das dívidas baseadas em operações sob amparo da resolução 63, mas isto não foi possível porque os bancos não tinham os dólares que pensavam obter no exterior com o "relanding", ficando sem "funding".

Ao negociar a aprovação do voto do Banco Central no CMN, que autorizou o "relanding" ao setor público, o secretário argumentou que este seria o caminho mais razoável por representar uma economia de 30% nos custos da rolagem, já que o empréstimo via bancos teria uma comissão de repasse entre 2,5% e 3% ao ano. "Como o prazo dos "relendings" pretendidos é de doze anos, a autorização para operações diretas entre o setor público e os credores vem reduzir os custos para as estatais."